

Sarney apóia aceleração da conversão da dívida

3 ABR 1988

Aylê-Salassié

A Bolsa de Valores de São Paulo prepara-se para a realização do segundo leilão do deságio da conversão de parte da dívida externa brasileira em capital de risco interno. Os valores a serem convertidos não foram ainda definidos, mas, segundo fonte do Banco Central, poderão ser superiores aos do leilão da Bolsa do Rio, que foi de US\$ 150 milhões. O Palácio do Planalto, novo ordenador da economia, não tem nenhuma restrição.

Isto porque não só houve demanda suficiente para os créditos leiloados no Rio — parte livre do leilão começou com US\$ 180 milhões — como o novo pregão vai se dar sob a égide de facilidades de investimento no Brasil, a serem criadas, a partir dessa semana, pelos projetos da nova política industrial, que promete introduzir grandes aberturas para o capital internacional; e da nova política aduaneira, que vai liberar o comércio exterior brasileiro de uma série de amarras.

Além disso, ressentido com a escassez da poupança estatal, o Governo vai abrir para a conversão suas próprias empresas dentro de uma nova perspectiva, em que se permitirá até mesmo o seu controle acionário, a nível de iniciativa privada; desde, evidentemente, que o acionista majoritário seja brasileiro nato ou naturalizado e domiciliado no Brasil.

Essa nova sistemática será viabilizada através de financiamentos que, de acordo com Márcio Fortes, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estão sendo criados para manter o controle do capital nas mãos de brasileiros.

As facilidades para o capital estrangeiro foram anunciadas há cerca de oito meses pelo presidente José Sarney. Na ocasião, ele não se sentia suficientemente forte para introduzi-las de imediato. A vitória do presidencialismo, do mandato de cinco anos para os próximos presidentes da República, e a consolidação de um bloco de apoio parlamentar no Congresso, deixa, contudo, o Presidente relativamente livre, a partir de agora, para colocar em prática o seu programa de Governo.

A cobertura que o Presidente receberá desse bloco vai permitir a Sarney quebrar mais um dos chamados entulhos da Velha República: o ministro da Fazenda não é mais autônomo para administrar a economia. Se a política econômica depende de decisão política e quem pode tomar essa decisão é o Presidente da República, Sarney está disposto a assumir a responsabilidade. Assim o Presidente vai ser também o ministro da Economia, Mailson da Nóbrega já está avisado disso e concorda plenamente. O ministro João Batista de Abreu, do Planejamento, é que não percebeu ainda a nova postura presidencial.

Assim, a alternativa da conversão da dívida, tão combatida a nível do Banco Central, é uma das opções que o Presidente alimenta

desde o início. Entende ele poder, através dela, suprir as deficiências internas de capital, e iniciar concretamente um processo de normalização das relações com o mercado financeiro internacional. O Palácio vê ainda a vantagem de a conversão substituir a interrupção do fluxo do financiamento externo para o Brasil, conter nossas exportações de capital, sob a forma de juros e amortizações, abrindo a possibilidade do fortalecimento das exportações de outros fatores de produção abundantes no País como trabalho e matérias-primas.

Desequilíbrio

Essa visão palaciana não discrimina ninguém, nem mesmo os autores da proposta da conversão — os mesmos grandes bancos que hoje querem reagir ao deságio — e abre uma excelente oportunidade para o Governo tentar colocar em prática uma política objetiva de controle do desequilíbrio regional.

A propósito, essa é outra questão ainda indefinida para o próximo leilão, em São Paulo, já que o Governo não está ainda certo se o percentual de conversão igual para as áreas livres e para as áreas incentivadas não resultará numa perda de vantagens significativas, já que o deságio para as áreas incentivadas é menor — no leilão do Rio foi de 10,5%, contra 27% da faixa livre — ou seja, o Governo deixa de ganhar um montante representativo, em milhões de dólares, resultante do deságio menor.

Também para essas regiões, o Presidente tem um outro trunfo: as Zonas de Processamento de Exportações. Elas, certamente, vão fazer elevar o percentual do deságio para as conversões da dívida em investimento nas regiões menos desenvolvidas — Norte, Nordeste, Espírito Santo e Vale do Jequitinhonha — onde os projetos passíveis de atrair capital externo são escassos. O projeto das ZPEs está pronto e, de certa forma, até mesmo definido em conjunto com as secretarias de Indústria e Comércio dos estados. Nem mesmo o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que não simpatiza muito com o projeto está mais convencido de que as ZPEs não sairão; segundo confessou após uma entrevista com o Presidente no Palácio do Planalto.

Em que pesem os fundamentos teóricos dos temores do ministro da Fazenda e dos técnicos do Banco Central com os perigos que uma conversão desordenada possa representar para a base monetária e a política de controle da inflação, a nova ordem econômica do presidente Sarney, isto é, a ser implantada por ele, não prevê grandes restrições ao capital estrangeiro, de qualquer natureza.

Desta maneira, a conversão da dívida em capital de risco interno pode se dar em volumes relativamente acentuados, tanto via Bolsas — não só do Rio e de São Paulo — quanto diretamente, intermediadas por instituições financeiras nacionais. São Paulo, e não só a Bolsa, é o melhor mercado para esse tipo de operação.